

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

Edição nº 299

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 299

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 135/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de lançamento de esgoto diretamente na via pública, no prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá, no expediente RD nº 00949.00147/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de outubro de 2009.

BENHUR BIANCON JÚNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 105/2009-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
7081-0900/09-3	1129	Conselho Tutelar de Estância Velha	Móveis e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
10009-0900/09-6	1145	Secretaria de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre	Móveis e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

BENHUR BIANCON JÚNIOR,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 481/2009

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CAROLINE DA CAS BIASI, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo primeiro (11º) lugar na classificação geral da Região Central (Port. 2785/09).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 13 de outubro de 2009, a servidora ELIANDRA DOS SANTOS BOLZAN, matrícula nº 1495 8791, do cargo de Técnico em Informática, em virtude de posse no cargo de Técnico Superior de Informática, deste órgão (Port. 2782/09).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 13/10/2009, no cargo de Técnico Superior de Informática, classe "R", ELIANDRA DOS SANTOS BOLZAN, tendo entrado em exercício em 13/10/2009.

- habilitado para tomar posse, a contar de 14/10/2009, no cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, JOSÉ RENATO BORGES, tendo entrado em exercício em 14/10/2009.

- habilitado para tomar posse, a contar de 21/09/2009, no cargo de Secretário de Diligências, classe "M", MAXIMILIANO FERNANDES VALIM, tendo entrado em exercício em 13/10/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 299

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS PROCESSO Nº 8986-09.00/07-1

CONTRATADA: MORGANA DA ROCHA TAVARES ME; **OBJETO:** renovação do prazo de fornecimento por mais 12 (doze) meses, a contar de 28 de agosto de 2009; reajuste do valor para R\$ 0,10 (dez centavos) por cópia, com folha inclusa; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de outubro de 2009.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Subdiretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.20119

CONTRATADA: EDITORA FIUZA LTDA.; **OBJETO:** assinatura da Revista Brasileira de Direito Ambiental; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.688,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 13/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

EDITAL Nº 392/2009 Resultado do Edital nº 368/2009 REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00863/2009-4, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 368/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 393/2009 REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 394/2009 REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento nº 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 07/2009 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.



1. Inquérito Civil nº 00950.00015/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça Charqueadas para apurar falta de repasse de verba destinada ao Projeto da Infância e Juventude para o Projeto Golaço, que havia sido aprovado pelo COMDICA.

2. Inquérito Civil nº 00722.00055/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Élcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, para averiguar na esfera da infância e juventude a autorização dos órgãos administrativos para funcionamento do DEJOBE (Desafio Jovem Belém); a metodologia de atuação e a adequação às normativas da saúde; a existência de equipe técnica de suporte ao projeto (contratada, conveniada ou voluntária).

3. Inquérito Civil nº 00875.00029/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para apurar notícia de omissão no atendimento de criança em situação de risco pelo Conselho Tutelar do Município.

4. Inquérito Civil nº 00911.00049/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, da Promotoria de Justiça de Taquara, com o objetivo de apurar ausência de vagas na 5ª série do ensino fundamental das escolas municipais de Taquara.

5. Inquérito Civil nº 00911.00050/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, da Promotoria de Justiça de Taquara, com o objetivo de apurar a existência de tatuadores no Município de Taquara, os quais estariam efetuando tatuagens em menores de 16 anos.

6. Inquérito Civil nº 00864.00140/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, com o fim de averiguar irregularidade em conduta de Conselheiro Tutelar.

7. Inquérito Civil nº 00820.00238/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade na redução da carga horária dos professores estaduais de 25 hora semanais para 20 horas semanais.

8. Inquérito Civil nº 00820.00290/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade do funcionamento do abrigo municipal destinado a adolescentes do sexo masculino.

9. Inquérito Civil nº 00820.00294/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a adequação das medidas adotadas pelo Município de Passo Fundo e pelo Estado do Rio Grande do Sul para promover a prevenção e o controle da epidemia da Gripe A – H1N1 nas escolas municipais e estaduais de Passo Fundo.

10. Inquérito Civil nº 00870.00014/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de investigar política de alfabetização e inclusão de menores portadores de necessidades especiais no sistema de ensino público do Município.

11. Inquérito Civil nº 00870.00015/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de investigar política de alfabetização e inclusão de menores portadores de necessidades especiais no sistema de ensino público do Município do Chuí.

12. Inquérito Civil nº 00870.00016/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de apurar as condições de funcionamento da Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral.

13. Inquérito Civil nº 00870.00017/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar do Chuí.

14. Inquérito Civil nº 00870.00018/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de apurar as condições de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardo Arriada.

15. Inquérito Civil nº 00870.00020/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com o fim de apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar do Município.

16. Inquérito Civil nº 00722.00061/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Bom Schmidt Cardoso, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, para averiguar as condições materiais de atuação do Conselho Tutelar com vistas a adequada satisfação das demandas, bem como no que se refere à infra-estrutura da sede.

17. Inquérito Civil nº 00771.00043/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cláudia Formolo Hendler Balbinot, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, para fiscalização e acompanhamento do processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Farroupilha.

18. Inquérito Civil nº 00722.00067/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Élcio Resmini Menezes, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, para averiguar a existência dos serviços de fonoterapia no Município.

19. Inquérito Civil nº 00911.00052/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, da Promotoria de Justiça de Taquara, com o objetivo de apurar a ausência de transporte para o ensino médio e técnico no Município.

20. Peça de Informação nº 00711.00095/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça de Alegrete, para verificar a regularidade na docência para turma de alunos portadores de necessidades especiais junto à escola estadual da cidade.

21. Inquérito Civil nº 00913.00026/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, para apurar irregularidades atribuídas ao Presidente do Conselho Tutelar do Município.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 299

22. Inquérito Civil nº 00929.00037/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com o objetivo de regularizar as festas de formatura do ensino fundamental e médio das escolas do Município.

23. Inquérito Civil nº 00727.00020/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Cacequi, em substituição, com o objetivo de investigar a existência de serviços de fonoaudiologia, no Município, na área da infância e juventude.

24. Inquérito Civil nº 00727.00021/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com o objetivo de apurar o desatendimento pelo Município do direito fundamental à educação pela utilização de classes multisseriadas em escolas da zona urbana.

25. Inquérito Civil nº 00834.00048/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardu Lysboa, da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar as condições estruturais e de funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oscar Schmitt, que atualmente funciona nos "módulos containers".

26. Inquérito Civil nº 00834.00049/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Murattt, da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar participação de crianças e adolescentes em competições de artes marciais na modalidade Taekwondo.

27. Inquérito Civil nº 00716.00019/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com o objetivo de apurar deficiências na rede de atendimento a crianças e adolescentes portadores de deficiência auditiva no Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de outubro de 2009.

MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.